



CRMV-RS NA MÍDIA

Data: 28/10/2021 **Veículo:** Site Jornal do comércio

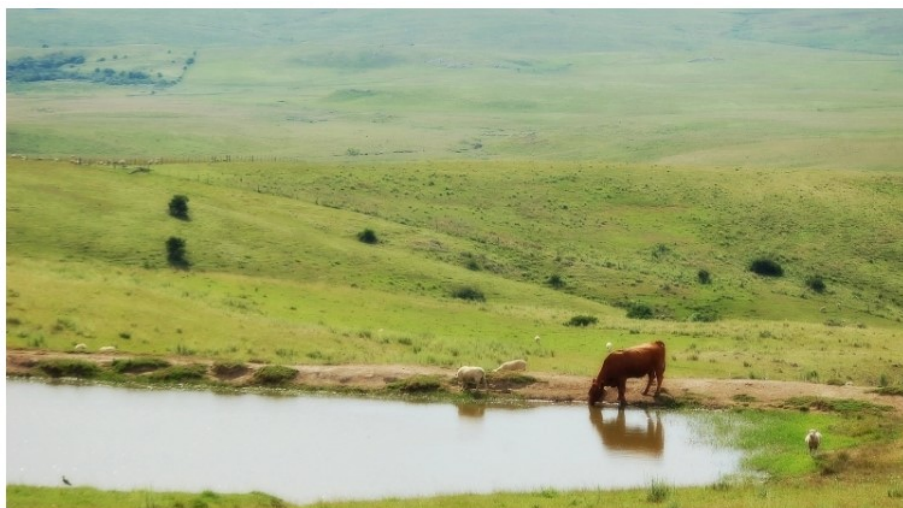
Link: <https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/economia/2021/10/818004-rio-grande-do-sul-une-esforços-para-recuperar-seus-biomas.html>



Jornal do Comércio | 88 ANOS
O Jornal de economia e negócios do RS

Rio Grande do Sul une esforços para recuperar seus biomas

Cristine Pires



No Brasil, Pampa só é encontrado em território gaúcho, e se estende até Argentina e Uruguai
EDUARDO AMORIM/VISUALHUNT/DIVULGAÇÃO/JC

O Rio Grande do Sul tem uma peculiaridade quando o assunto é biodiversidade. Dos seis biomas brasileiros, o Pampa só é encontrado, no Brasil, em território gaúcho - está presente também no Uruguai e Argentina. Os demais - Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal - compõem as paisagens de diferentes regiões do País. É o caso da Mata Atlântica, floresta que se estende praticamente por todo território nacional.

O Pampa representa mais de 68% da área total do Estado, e é classificado como um bioma de biodiversidade

única, tendo como principal característica as extensas áreas de campos naturais. Entre as diversas espécies de fauna e flora que compõem este ecossistema, estão espécies bem conhecidas pelos gaúchos, como os pássaros Quero-Quero e João de Barro.

A singularidade do Estado, no entanto, é motivo de preocupação. O Bioma Pampa foi o que mais perdeu vegetação nativa nos últimos 36 anos proporcionalmente em relação ao total de sua área, segundo estudo mais recente da rede MapBiomas, por meio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e da GeoKarten.

O problema não se esgota no Pampa. Segundo o Projeto Biomas, desenvolvido em parceria pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o mais degradado do País é o Mata Atlântica, que também tem grande importância na formação



CRMV-RS NA MÍDIA

do ecossistema do Estado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulgados em novembro de 2020, revelam que a Mata Atlântica era, em 2014, o bioma brasileiro com o maior número de espécies ameaçadas de extinção.

O desafio, agora, é unir esforços para recuperar a biodiversidade levando em conta as características específicas de cada uma delas. Tudo começa pelo licenciamento, que, para ser concedido, exige o cumprimento das regras de proteção ambiental, que têm como objetivo manter as vegetações nativas.

“Para a Mata Atlântica, temos uma legislação federal. No caso do Pampa, ainda estamos formulando um decreto para que se possa ter um uso mais consciente e uma proteção mais eficiente”, destaca Marjorie Kauffmann, presidente da Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler), vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema).

Do cadastro ambiental rural a outras exigências, como o licenciamento para supressão de vegetação ou para conversão de áreas de campo em áreas agrícolas, os processos de concessão respeitam os percentuais mínimos da vegetação. “Isso já atribui um ato de conservação que não se tem em empreendimentos irregulares”, diz Marjorie.

Os estudos do Mapbiomas norteiam as medidas adotadas pela Fepam em conjunto com a Sema, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o Batalhão Ambiental da Brigada Militar (Patran). As ações levam em conta os alertas apresentados nas pesquisas quanto às áreas que têm sido convertidas sem a autorização ambiental e grandes áreas de supressão.

“Assim, temos cada vez mais controle sobre essas atividades não regulamentadas e que causam a redução desses remanescentes florestais”, explica a presidente da Fepam. Marjorie acredita que, com implementação de tecnologia e inteligência na fiscalização, será possível avançar e conseguir proteger e gerar uma recuperação mais eficiente desses biomas, considerados remanescentes importantes da história vegetal do Rio Grande do Sul.

Além disso, estratégias de atuação têm focado na preservação de espécies ameaçadas. É o caso da parceria inédita entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que cria o Plano de Ação Territorial (PAT) de Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Território Planalto Sul para proteger espécies da Mata Atlântica, 17 da flora – como orquídeas, bromélias, bambus e cravos-do-mato - e cinco da fauna – caso da coruja murucututu, do peixe cambeva e da rãzinha das pedras.

O Planalto Sul compreende a região transfronteiriça entre os dois estados, e abrange 43 municípios localizados em terras altas e montanhosas – inclui os cânions e paredões rochosos, assim como campos de altitude, florestas de araucária e banhados.

A iniciativa começou a ser implementada em julho de 2021 em um esforço conjunto entre Sema e o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. A escolha das espécies leva em consideração o grau de ameaça e também a ausência, até o momento, de instrumentos legais para garantir sua proteção, como unidades de conservação ou presença em outros planos de ação.



CRMV-RS NA MÍDIA

A meta é que, até 2026, o PAT promova a proteção e recuperação das espécies, mitigue a presença de espécies exóticas e invasoras, reduza a conversão de áreas nativas, faça ações de conscientização sobre as espécies no território e fortaleça cadeias produtivas de baixo impacto.

Em outra frente, a Sema desenvolve PAT nas regiões da Campanha Sul e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul para conservar 30 espécies da fauna e da flora presentes em 18 municípios. Entre elas, estão cactos, bromélias e ervas campestres, e também o sapinho de barriga vermelha do pampa, peixes exclusivos de áreas alegadas em campos e o gato palheiro dos pampas, também conhecido como gato palheiro pampeano.

A medida faz parte do Projeto Pró-Espécies e conta com apoio do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, universidades e instituições ligadas ao meio ambiente.

O projeto Pró-espécies - Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção busca a proteção de espécies criticamente ameaçadas que não estão em áreas protegidas e nem são contempladas por Planos de Ação Nacional (PAN) em execução. A Sema, uma das executoras do projeto, fica responsável justamente por regiões-alvo no Rio Grande do Sul que abrigam os biomas Mata Atlântica e Pampa.

Pampa

1 estado brasileiro - Rio Grande do Sul

178 mil quilômetros quadrados

3 mil espécies de plantas

70 tipos de cactos

100 tipos de árvores

450 espécies de gramíneas

150 espécies de leguminosas

102 espécies de mamíferos

476 espécies de aves

50 espécies de anfíbios

97 espécies de répteis

50 espécies de peixes

146 espécies de plantas ameaçadas de extinção

49 espécies da fauna ameaçadas de extinção

Fonte: Embrapa

Mata Atlântica

60% da população brasileira vive em áreas de Mata Atlântica (145 milhões de habitantes)

15.700 espécies de plantas

298 espécies de mamíferos

992 espécies de aves

370 espécies de anfíbios

200 espécies de répteis

350 espécies de peixes

380 espécies da fauna ameaçadas

1.544 espécies da flora ameaçadas

Fonte: Embrapa



CRMV-RS NA MÍDIA

Monoculturas são desafio para buscar equilíbrio

Um dos principais desafios a serem enfrentados para preservar os biomas Pampa e Mata Atlântica, presentes no Rio Grande do Sul, diz respeito às monoculturas. O alerta é dos pesquisadores da Pucrs e da Ufrgs, ao destacarem que uma das culturas que mais tem se expandido é a da soja, em função do retorno financeiro que ela traz aos produtores.

“Como qualquer cultura agrícola, a solução para que a soja conviva em harmonia com a biodiversidade é necessário que o produtor obtenha o melhor rendimento possível respeitando o potencial natural dos solos, garantindo serviços ambientais, maximizando o armazenamento de água e protegendo o solo da erosão”, destaca Heinrich Hasenack, professor no Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências e no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Pesquisas em Agronegócios, ambos na Ufrgs e um dos pesquisadores dos estudos da rede MapBiomas.

Hasenack, que é doutor em Agronegócios e mestre em Ecologia, orienta aos agricultores que sigam as recomendações técnicas relativas ao zoneamento climático das culturas e plantem em solos aptos para o cultivo, levando em consideração as melhores práticas de conservação do solo e manejo. “Também é preciso respeitar a legislação ambiental, evitando áreas de preservação permanente e reservas legais”, destaca, ao esclarecer que, se isso não for feito, a produção terá vida curta e representará prejuízo para os produtores. Quando o avanço da soja ocorre em áreas menos aptas, diz o professor, os custos de produção tendem a ser maiores, com chances de maior degradação do solo. Segundo ele, a melhor estratégia seria utilizar áreas já convertidas para o cultivo e restaurar áreas de preservação permanente em cultivo, substituindo por cobertura vegetal.

Esses cuidados, explica, permitem armazenar água e evitam o assoreamento dos rios e arroios, o que reverte em benefício para a biodiversidade. Como o ambiente não é homogêneo, completa Hasenack, não existe uma solução única. São necessárias estratégias diferentes ajustadas à realidade de cada local.

Os produtores de soja reconhecem a importância do bioma Pampa, não apenas para a pecuária e agricultura, mas por seus recursos naturais. “Trata-se de um bioma diferenciado e os produtores conhecem seus limites. Produzir alimento não é destruir um sistema, é saber encontrar respostas para cada bioma”, afirma José Domingos Lemos Teixeira, engenheiro agrônomo e consultor da Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja).

De acordo com o especialista, o código florestal possibilitou aos produtores entenderem os biomas e saber quais são as suas responsabilidades. “Especificamente na região Sul do Rio Grande do Sul, onde está o bioma Pampa, podemos dizer que dizer que a revolução verde do plantio direto está sendo cumprida. Esse plantio direto vem trabalhando os solos da região sul de maneira sustentável”, afirma. Isso, segundo ele, significa manter as nascentes e, principalmente, as condições dos animais dentro da área que cabe ao bioma estipulado pelo código ambiental brasileiro.

A era da agricultura verde, diz o engenheiro agrônomo, vai ganhando espaço e deverá chegar a dois milhões de hectares de lavoura até o ano de 2030. “O bioma será preservado e as condições sociais da população



CRMV-RS NA MÍDIA

serão outras, melhores, pois assim haverá uma distribuição de renda, diminuindo a desigualdade e melhorando a eficiência vertical da topografia que hoje sustenta planta daninha, barba de bode, e muito pouco daquilo que é possível fazer numa agricultura sustentável”, descreve.

O desafio, segundo Teixeira, não é vencer ninguém e ser vencido, mas mostrar que é possível ter um coletivo melhor no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, respeitando limites, não apenas de fronteira, mas sim de conhecimento. “Produzir alimento não é destruir um sistema, é saber encontrar respostas para cada bioma. Vale a certeza de que amanhã, e um futuro muito próximo, teremos convicção e direito de dizer ‘fizemos o que tinha que ser feito’ e ainda continuará tendo todas as espécies que lá estão dentro do bioma”, afirma.

Preservação passa por manutenção da vegetação nativa

Áreas inteiras plantadas com a mesma cultura tendem, com o tempo, a serem pouco sustentáveis. A análise é do professor do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Evolução da Biodiversidade da Pucrs, Pedro Maria Abreu Ferreira. Por isso, é importante que as propriedades mantenham o campo nativo com gado, por exemplo, com práticas de manejo sustentável em pastagem natural.

As vantagens, segundo o especialista, são inúmeras. Ao harmonizar as lavouras com vegetação dos biomas, evitando o plantio de apenas uma cultura, o produtor previne perdas que podem chegar a 100%. “Uma seca, uma estiagem muito prolongada, podem terminar com toda uma cultura, assim como uma chuva de granizo muito violenta”, exemplifica Ferreira, ao alertar que esses eventos adversos podem comprometer a propriedade inteira se ela é de uma cultura só.

Ao adotar práticas de manejo sustentável em pastagem natural para criação de gado, diz Ferreira, raramente o produtor irá perder tudo em uma catástrofe natural. “Na pior das hipóteses, não engorda o animal e vende mal ou não vende. Mantendo o campo nativo, ele pode declarar área de reserva legal mantida com gado em um regime sustentável adequado”, explica.

Outro ponto a ser observado, diz Ferreira, refere-se à expansão de culturas como a soja, atrativa para os produtores por representar retorno financeiro em curto prazo. “A expansão da fronteira da soja deveria ser vertical e não horizontal. Com tecnologia, uma área de cultivo pode ter produtividade muito grande”, argumenta.

Este tipo de agricultura consiste em cultivar camadas empilhadas verticalmente em um ambiente controlado, onde um ambiente natural é modificado para aumentar o rendimento da colheita, de forma sustentável. Neste método, as instalações são adaptadas, com uso de tecnologias, para reduzir impactos ambientais de formar a expandir consideravelmente a produção de gêneros agrícolas. O sistema permite controlar fatores ambientais, como luz, temperatura, gases e umidade, por exemplo, de acordo com a necessidade de cada planta. O controle proporciona o uso consciente de recursos, em especial dos naturais que estão se tornando escassos, como a água. “A soja viver em harmonia com os biomas passa muito por educação, como quase qualquer coisa”, aponta.



CRMV-RS NA MÍDIA

Pecuária orgânica é alternativa para produtores gaúchos

O potencial do Rio Grande do Sul para produção de carne orgânica pode ser uma das alternativas para estimular a economia e manter a biodiversidade. Neste sistema de produção, os elos meio ambiente, o econômico e o social têm a mesma importância. Assim, a produção ocorre da maneira mais natural possível, de forma economicamente viável e socialmente participativa na região que se encontra.

O gado criado desta forma recebe auditorias e certificações que garantem ao consumidor final um produto natural e saudável. O rebanho, criado a pasto, recebe alimentação saudável, ou seja, sem adição de agrotóxicos. Para prevenção de doenças, são usados medicamentos homeopáticos e fitoterápicos.

A forma como os animais são alimentados é apenas uma das preocupações. O bem-estar é prioridade do nascimento ao abate. Os exemplares são rastreados para registro de pesagem, vacinação e coleta de outras informações. Ao ser produzido da maneira mais natural possível, a carne orgânica apresenta sabor acentuado e é rica vitaminas A e E, além de Ômega 3 e 6 e ácidos graxos conjugados.

O alimento orgânico tem sido procurado por consumidores exigentes e preocupados com o que consomem, dispostos a pagar mais pelo produto e contribuir com preservação do bioma local. “O Rio Grande do Sul tem vocação para produzir carne orgânica. Poderíamos consumir e exportar a melhor carne do mundo, com ganhos de 30% a 40% mais para os produtores”, afirma Francisco Milanez, ex-presidente da Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural).

O que falta para explorar esse potencial, segundo ele, é a falta de abatedouros certificados no Estado. “Muitas propriedades que estão muito próximas da produção orgânica, faltam detalhes apenas, mas não podem certificar a produção em função da falta de abatedouros habilitados”, lamenta, ao destacar que desfazer este nó representa grandes oportunidades para a pecuária gaúcha.

O sistema de produção também derruba o mito de que o gado bovino é um dos vilões do meio ambiente na emissão de gases de efeito estufa. **“É fundamental entender que tudo depende de onde e como os animais são criados. A maioria dos problemas atribuídos ao gado se refere a estudos com animais confinado, muito diferente dos rebanhos criados nos campos do Pampa e outros biomas do Brasil”, destaca Angela Escosteguy, presidente do Instituto do Bem-Estar (Ibem) e coordenadora da Comissão de Pecuária Orgânica do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS).**

De acordo com a médica veterinária, ao contrário do que muitos pensam, os ruminantes reciclam biomassa, fertilizam o solo, distribuem sementes, proporcionam o crescimento e a preservação de pastagens, que capturam carbono, retêm as águas da chuva, abastecem aquíferos e alimentam polinizadores. “Por isso, em vários continentes, o gado vem sendo usado para recuperar áreas em desertificação”, destaca.

No caso do Rio Grande do Sul, a especialista aponta que o Pampa é um bioma pastoril e conta com pecuária extensiva bem manejada, o que a torna muito útil e fundamental para preservar trabalho, renda e sobrevivência tanto dos criadores quanto de animais silvestres, preservando todo o ecossistema.



CRMV-RS NA MÍDIA

Gramadozoo desenvolve programas de conservação de espécies nativas

O Gramadozoo, criado há 13 anos, é mais do que um ponto turístico da cidade de Gramado. A ideia, desde sua concepção, foi criar um zoológico diferente: exclusivo da fauna brasileira. “Poucas pessoas realmente conhecem a diversidade da nossa fauna, em quais biomas elas estão inseridas e porque esses animais estão ameaçados de extinção”, diz Tatiane Takahashi Nunes, bióloga e responsável técnica do Gramadozoo. De acordo com ela, ao levar todas essas informações aos visitantes, o zoológico ajuda a promover a educação ambiental, primeiro passo para a conservação das espécies.

Ao receber exemplares oriundos do tráfico de animais silvestres, vítimas de catástrofes ambientais, como queimadas, e de atropelamentos, os zoológicos começam todo um trabalho de reabilitação. Como muitos ficam com sequelas ou passaram a vida fora de seu ambiente natural, não podem ser reintroduzidos na natureza.

Outros precisam de um esforço dos pesquisadores para que não sejam definitivamente extintos. É o caso do cardeal amarelo, espécie específica do Rio Grande do Sul, e que hoje conta apenas com 50 exemplares em vida livre. “É um número muito pequeno e, para ajudar a reverter isso, participamos de um esforço para reproduzir a espécie em cativeiro”, conta Tatiane.

Também fazem parte do plantel dos programas de conservação do Gramadozoo animais de outros biomas, como Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica. O zoológico trabalha na preservação de onça pintada, macaco-aranha de testa branca e bugio preto, por exemplo.

CNA e Embrapa desenvolvem Projeto Biomas há uma década

O Projeto Biomas, criado em 2010 e desenvolvido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), desenvolve pesquisas com foco na restauração de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e Reservas Legais por meio do plantio nos biomas, tanto de mudas, quanto de sementes de espécies nativas e exóticas. A iniciativa envolveu mais de 400 pesquisadores e 21 unidades da Embrapa nos biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

“O Biomas procurou juntar muitos pontos de vista que se somaram em busca de soluções tecnológicas. Observamos as diferenças impostas por ambientes distintos, que nos obrigou a adotar diferentes abordagens para biomas diferentes”, conta o pesquisador da Embrapa Florestas e coordenador Nacional do Projeto Biomas, Alexandre Uhlmann, ao destacar os avanços na transferência de tecnologia e sensibilização dos produtores.

A iniciativa, que contou com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e John Deere, identificou espécies indicadas para a recomposição ambiental e seu uso de acordo com as características específicas da área a ser recuperada (em termos de solos, relevo e disponibilidade de água no solo).



CRMV-RS NA MÍDIA

O projeto também permitiu criar um calendário de coleta das sementes dessas espécies e modelos diferenciados de adequação ambiental com menores custos para o produtor solucionar os passivos ambientais. Os resultados de mais de uma década de pesquisas foram apresentados em março deste ano.

No Bioma Pampa, os experimentos foram realizados na Fazenda Caveiras, em Dom Pedrito, onde a recuperação de campos nativos rendeu bons resultados mesmo após o cultivo agrícola, com a identificação das potencialidades e desafios de adequação ambiental da região. Segundo Uhlmann, o Pampa é um bioma que abriga formações campestres e algumas florestais e os diagnósticos do projeto auxiliarão pesquisas com objetivo de conciliar a produção e o meio ambiente.

“As pesquisas precisam chegar para quem precisa, chegar na ponta para que os produtores possam colocá-las em prática”, afirma o presidente da CNA, João Martins, ao destacar a importância de democratizar os resultados apurados ao longo dos dez anos de projeto.

Para o coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias, o projeto vai muito além de entregar um pacote de soluções tecnológicas necessárias para a integração da produção agrícola com a sustentabilidade. Segundo ele, o Biomas também oferece conhecimento técnico e científico para o produtor recompor um eventual passivo ambiental na propriedade e cumprir o Código Florestal.